

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS

(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2016**

Conteúdo

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira	1
Demonstração da evolução do patrimônio líquido	2
Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras	3

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 30 de junho de 2016

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS

CNPJ: 09.234.078/0001-45

Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Aplicações - Especificações				
	Espécie/ Tipo	Quantidade	Mercado/ realização R\$ mil	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades				
			1	-
Banco conta movimento			1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
			6.992.891	21,47
Notas do Tesouro Nacional - Série B		1.417.072	4.068.001	12,49
Letras do Tesouro Nacional		3.331.799	2.924.890	8,98
Debêntures não conversíveis em ações				
			13.419.218	41,20
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		700.000	3.898.267	11,97
Santo Antônio Energia S.A.		1.520.120	2.532.552	7,78
Porto do Açu Operações S.A.		750.000	1.279.834	3,93
Eldorado Celulose e Papel S.A.		940.000	1.199.448	3,68
Teles Pires Participações S.A.		65.000	828.747	2,54
Novadutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.		10	687.770	2,11
Brasil Term Participações S.A.		1	573.294	1,76
Viarondon Concessionária de Rodovias S.A.		300	436.347	1,34
Ligth Serviços de Eletricidade S.A.		470	395.745	1,22
Alupar Investimentos S.A.		300	386.661	1,19
OAS S.A.		-	227.816	0,70
ALL AM Latina Logística Malha Sul		1	176.679	0,54
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.		1	176.679	0,54
Ferro Norte S.A. Ferrovias Norte Brasil		1	176.679	0,54
Iracema Transmissora de Energia S.A.		109	118.229	0,36
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.		88	111.275	0,34
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA		171.000	103.935	0,32
Odebrecht TransPort. Participações S.A.		7.950	84.001	0,26
Ligth Energia S.A.		30	25.260	0,08
Cotas de fundos				
			3.039.980	9,33
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento		500.000.000,0000000	824.306	2,53
Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia		1.160.097.600,6918300	759.697	2,33
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios N.P. IV Energisa Centro Oeste - Sênior 2		699,9000000	708.457	2,18
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios N.P. IV Energisa Centro Oeste		641,2677015	646.397	1,98
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008		100,0000000	101.168	0,31
Fundo de Investimento em Participações Sondas		634.060.093,0000000	50	0,00
Fundo de Investimento Participações Caixa Integração		2.500,0000000	(95)	0,00
Ações sem cotação em bolsa				
			6.345.422	19,49
Odebrecht TransPort. Participações S.A.	ON	64.400.045	2.031.417	6,24
VLI S.A.	ON	1.413.854.823	1.285.652	3,95
Odebrecht Engenharia Ambiental S.A.	ON	510.551.593	1.201.884	3,69
Cone S.A.	ON	35.099.302	521.818	1,60
MDCPar S.A.	ON	3.757.260	304.806	0,94
J. Malucelli Energia S.A.	ON	179.681	239.826	0,74
Brado Logística e Participações S.A.	ON	2.857.143	217.182	0,67
Energimp S.A.	ON	460.437.026	166.679	0,51
Hidrotérmica S.A.	ON	55.667.283	135.087	0,41
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.	ON	90.000.000	104.814	0,32
Foz do Rio Claro Energia S.A.	PN	39.352.128	44.074	0,14
Ijuí Energia S.A.	ON	42.041.590	35.589	0,11
OAS Óleo e Gás S.A.	PNB	2.063.983	22.637	0,07
OAS Óleo e Gás S.A.	PNA	1.786.061	19.590	0,06
OAS Óleo e Gás S.A.	ON	1.309.916	14.367	0,04
Ações com cotação em bolsa				
			1.619.151	4,97
Banco do Brasil S.A.	ON	68.506.737	1.176.946	3,61
Alupar Investimentos S.A.	UNT	29.243.000	436.013	1,34
Alupar Investimentos S.A.	DIR	3.994.793	6.192	0,02
Ações preferenciais resgatáveis				
			285.214	0,88
Hidrotérmica S.A.		67.796.610	285.214	0,88
Valores a receber				
			884.409	2,71
Valores a receber - Energisa S.A.				
Dividendos e bonificações a receber			740.060	2,27
			144.349	0,44
Total do ativo				
			<u>32.586.286</u>	<u>100,05</u>
Valores a pagar				
			17.459	0,05
Ações a liquidar			4.141	0,01
Taxa de administração			12.838	0,04
Auditoria e custódia			480	-
Patrimônio líquido				
			<u>32.568.827</u>	<u>100,00</u>
Total do passivo e patrimônio líquido				
			<u>32.586.286</u>	<u>100,05</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido
Semestre Findo em 30 de junho de 2016

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS **CNPJ: 09.234.078/0001-45**

Administradora: Caixa Econômica Federal **CNPJ: 00.360.305/0001-04**

Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas

Patrimônio líquido no início do semestre:	
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,532010 cada	30.904.697
Patrimônio líquido antes do resultado	<u>30.904.697</u>
Resultado do semestre	
Receitas/Despesas ativos financeiros	<u>(819.060)</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	446.660
Rendas de Ativos Financeiros	(1.265.720)
Resultado da avaliação dos investimentos em ações	<u>459.343</u>
Dividendos	73.304
Valorização/desvalorização a preço de mercado	386.039
Outras receitas/despesas operacionais	<u>2.147.844</u>
Rendas de valores a receber	1.870.901
Outras despesas operacionais	276.943
Despesas	<u>(123.997)</u>
Taxa de administração	(123.593)
Auditoria e custódia	(365)
Taxa de fiscalização CVM	(39)
Total do resultado do semestre:	<u>1.664.130</u>
Patrimônio líquido no final do semestre:	
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,614504 cada	<u>32.568.827</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, (“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS quando autorizado pelo CCFGTS, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroporto, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira. O Fundo não realizou operações com instrumentos derivativos durante o semestre findo em 30 de junho de 2016.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos e valores mobiliários

Consoante com a Circular BACEN nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “Títulos para negociação”.

c.1 Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota de fechamento divulgada pela Administradora.

c.2 Debêntures não conversíveis em ações

O Fundo foi constituído sob forma de condomínio aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir aos seus investimentos e investidores retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como: estruturas customizadas às necessidades dos projetos de infraestrutura e iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essas particularidades, somadas à necessidade de seus ativos (i) refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atenderem prontamente às deliberações de seu Comitê de Investimento, às resoluções emanadas do CCFGTS e ao regulamento do Fundo, as debêntures não conversíveis em ações foram classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado equivalente, aproximadamente, ao valor contábil.

As debêntures não conversíveis em ações, por serem objeto de emissão privada em que o Fundo figura como único debenturista, e que até a presente data não são negociadas no mercado

secundário e, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no regulamento do Fundo.

c.3 Títulos públicos federais

Os títulos públicos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos.

Ativos financeiros

De acordo com o estabelecido pela Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, os ativos financeiros são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- **Títulos para negociação:** incluem os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e avaliados diariamente pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, esses últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM;

que todos os cotistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do Fundo, a sua anuência à classificação de ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo; e

que os fundos de investimento invistam em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os ativos financeiros da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento. É necessário que sejam atendidas, pelos cotistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

c.4 Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.5 Provisão para redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma provisão para redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a provisão para redução ao valor recuperável, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa reversão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.6 Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações terão direito aos dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

c.7 Ações de companhias abertas

As ações estão avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela bolsa de valores.

d. Valores a Receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 30 de junho de 2016, conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 30/06/2016	Valor da emissão	Data de emissão	Data final de vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	3.898.267	7.000.000	29/12/2008	15/10/2029
Santo Antônio Energia S.A.	(b)	1.280.945	770.448	25/10/2012	01/11/2036
	(b)	1.251.607	809.346	30/06/2012	01/08/2037
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(c)	1.199.448	940.000	17/12/2012	01/12/2027
Porto do Açu Operações S.A.	(d)	1.279.834	750.000	15/09/2012	15/08/2033
Teles Pires Participações S.A.	(e)	828.747	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(f)	395.745	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Energia S.A.	(g)	25.260	30.000	10/09/2012	04/06/2026

**Fundo de Investimento do Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS**
*Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2016*

Brasilterm Participações S.A.	(h)	573.294	400.312	07/04/2014	07/12/2024
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(i)	436.347	300.000	04/06/2012	04/06/2027
Alupar Investimento S.A.	(j)	386.661	300.000	30/05/2012	30/05/2027
MRS Logística S.A.	(k)	-	300.000	09/06/2010	01/02/2020
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.	(l)	176.679	166.667	08/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A.	(l)	176.679	166.667	10/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A.	(l)	176.679	166.667	08/09/2008	31/07/2018
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA	(m)	103.935	171.000	03/04/2009	03/04/2024
Iracema Transmissora de Energia S.A.	(n)	118.229	109.000	10/12/2010	10/12/2035
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(o)	111.275	88.000	18/12/2009	18/12/2029
Odebrecht TransPort S.A.	(p)	84.001	75.702	14/11/2013	15/10/2025
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	(q)	687.770	610.000	10/04/2015	15/08/2020
TOTAL		13.191.402	14.273.809		

As debêntures contam com garantias, nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias; penhor de direitos; e hipotecas de imóvel.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Devido ao seu status de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do Governo Brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovía, porto ou saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

b. Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias

à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistemas de transmissão associado.

Os recursos captados com essa emissão são destinados pela Emissora para investimentos em CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

c. Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo e tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia.

A Companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

Os recursos captados por meio dessa emissão são destinados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do tratamento de águas e efluentes relacionados ao projeto localizado na cidade de Três Lagoas - MS, bem como investimento em soluções para transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário da Emissora.

d. Porto do Açu Operações S.A.

A Porto do Açu Operações S.A., subsidiária integral da Prumo Logística S.A., foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

Os recursos captados por meio dessa emissão são utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário, a retroárea e sua infraestrutura industrial localizados no município de São João da Barra - RJ.

Em 11 de dezembro de 2013 foi concluído o processo de aumento de capital na companhia, que culminou na alteração de controlador da Emissora. O novo controlador é o Grupo EIG com 52,8% do capital social.

Em 01 de setembro de 2014 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a alteração da razão social da Companhia, de LLX Açu Operações Portuárias S.A. para Porto do Açu Operações S.A.

e. Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW.

Os recursos captados com essa emissão são para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da Emissora para o Projeto.

f. Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A Companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,3 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

Os recursos captados por essa emissão são destinados ao financiamento de projetos do plano de negócios da Emissora.

g. Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

Os recursos captados por essa emissão são destinados ao financiamento dos planos de negócios da Emissora em UHE, Elevatórias e Centro de Operação.

h. Brasilterm Participações S.A.

A Brasilterm Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da Companhia é a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, no Brasil ou no exterior, principalmente no setor de energia.

Mediante a aprovação da assunção de dívidas pelos órgãos reguladores, a Brasilterm Participações S.A. incorporou 100% do capital social de UTE Borborema e UTE Maracanaú.

Concomitantemente a esse processo, a Brasilterm Participações S.A. emitiu em 07 de abril de 2014 debêntures no valor de R\$400.312, correspondente ao saldo devedor atualizado das debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. na mesma data. O prazo de vencimento da nova emissão é de 11 anos, remunerado mensalmente pela variação do IPCA mais 10% a.a., a amortização do principal e o pagamento de juros são mensais a partir de 2015.

i. ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão são utilizados para investimento em infraestrutura, em projetos integrantes do plano de investimentos e demais projetos aprovados na escritura.

j. Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 3 empresas holdings, sendo: Transminas Holding S.A.

(controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru e Boa Vista Participações S.A..

Os recursos captados por essa emissão são destinados para a construção e melhorias na Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, controlada pela Alupar.

k. ALL - América Latina Logística S.A.

(Malha Norte/Malha Paulista/Malha Sul)

A ALL - América Latina Logística S.A. foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná. Tem como principais objetivos sociais: (i) participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário; (ii) explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; e (iii) adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

A Companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados ao aumento da capacidade de transporte, em material rodante, desenvolvimento de tecnologia, via permanente, terminais e edificações conforme o Anexo I da Escritura de Emissão.

l. Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa emissão são destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

m. Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

Os recursos obtidos por meio dessa emissão são destinados à capitalização da Emissora para desenvolvimento e implementação do projeto de construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão da subestação de São João do Piauí até a Subestação Milagres do Estado do Ceará, conforme descrito no Quadro de Usos e Fontes constante no Anexo VI da Escritura de Emissão.

n. TESC - Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de concessão de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo de 25 anos, com cláusula de renovação não automática por igual período.

A Companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou cotista.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

o. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros. A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Os recursos captados por essa emissão são destinados exclusivamente para uso da Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D Pedro I, incluindo obras de pavimentação.

Está nota deve ser lida em conjunto com a Nota Explicativa nº 6.2.a.

p. Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Em 10 de abril de 2015 o Fundo subscreveu e integralizou 10 debêntures da quarta emissão de colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“NovaDutra - Concessionária da Rodovia”), ao valor unitário de R\$61.000 (sessenta e um mil reais), totalizando o valor de R\$610.000 (seiscentos e dez milhões de reais).

A Novadutra - Concessionária da Rodovia é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da Rodovia BR - 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a operação da rodovia com cobrança de pedágio, exploração do espaço aéreo para fins de publicidade, recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da rodovia.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para a implementação dos projetos descritos no plano de investimentos da Emissora que contempla a modernização e ampliação da capacidade da Rodovia Presidente Dutra.

5 Fundos Investidos

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o Fundo possui o montante de R\$3.039.980 do seu patrimônio líquido investido em cotas de Fundos de Investimento, os quais estão representados conforme segue:

	<u>R\$ mil</u>
	30/06/2016
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento (i)	824.306
Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia (ii)	759.697
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste (iii)	708.457
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BP IV Energisa Centro Oeste (vi)	646.397
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (v)	101.168
Fundo de Investimento em Participações Sondas (vi)	50
Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística (vii)	(95)
Total:	<u>3.039.980</u>

(i) Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento

O Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento foi constituído em 6 de dezembro de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo possui em 30 de junho de 2016, o montante de R\$90.600, equivalente a 10,99% do seu patrimônio em ações da Odebrecht Ambiental - Centro Norte Participações S.A. (“companhia investida”), as quais estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da companhia investida, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 7 de abril de 2016, opinando que as demonstrações da companhia investida representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a sua posição patrimonial e financeira. Adicionalmente, a referida demonstração financeira contém parágrafo de ênfase, em decorrência de investigações que estão sendo conduzidas pela Polícia Federal envolvendo as empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a companhia investida faz parte, as quais resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”, impossibilitando ao auditor determinar, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades.

(ii) Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia

O Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia iniciou suas atividades em 13 de novembro de 2007 sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 35 anos, contados da data da integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo, prorrogáveis por períodos sucessíveis antes da data do término do prazo de duração do Fundo. O fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo investe aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Madeira Energia S.A. - MESA (“companhia investida” ou “MESA”), as quais estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da companhia investida, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de março de 2016, opinando que as demonstrações da companhia investida representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MESA. Adicionalmente, a referida demonstração financeira contém parágrafo de ênfase, em decorrência de investigações que estão sendo conduzidas pelo Ministério Público Federal envolvendo certos acionistas indiretos da Companhia e determinados executivos desses acionistas indiretos, não sendo possível naquele momento determinar os resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e consequências futuras na companhia investida.

O auditor da companhia investida esclarece ainda que a MESA possui um conjunto de mecanismo e procedimentos de controles internos que têm por objetivo endereçar os temas da Lei 12.846/13 e, assim, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar as demonstrações financeiras livres da distorção relevante.

(iii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de vinte anos. Iniciou suas atividades em 30 de setembro de 2014 e destina-se a investidores qualificados.

Este fundo investe aproximadamente 94% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referentes a faturas de energia elétrica.

(iv) Fundo de Investimento em Participações Sondas

O Fundo de Investimento Participações Sondas (“FIP Sondas”) foi constituído em 7 de agosto de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, as operações deste fundo foram iniciadas em 31 de março de 2011 e o prazo de duração é de 20 anos, contados a partir da data da primeira integralização de cotas da primeira emissão de cotas, sendo que os primeiros 10 anos corresponderão ao período de investimento, e os 10 anos seguintes ao período de desinvestimento.

Este fundo investe aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Sete Brasil Participações S.A. (“Sete Brasil”), as quais estão avaliadas por valor econômico. Até a conclusão deste relatório, as demonstrações financeiras da Sete Brasil ainda não haviam sido concluídas.

(v) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 12 anos. Iniciou suas atividades em 19 de dezembro de 2008 e destina - se a investidores qualificados.

Este fundo investe aproximadamente 93% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referentes a faturas de energia elétrica.

(vi) Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística

O Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística foi constituído sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas atividades em 12 de agosto de 2014. Este fundo possui prazo de duração de 12 anos, contados da data de integralização inicial, podendo a ser prorrogado por até 3 anos e destina-se exclusivamente a investidores qualificados.

Este fundo investe 100% do seu patrimônio em aplicações interfinanceiras de liquidez.

6 Investimento em ações sem cotação em bolsa

O Fundo investe em empresas de capital fechado cujas ações não são cotadas em bolsa de valores, nem suas debêntures negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, os valores de tais investimentos poderão ser diferentes quando da sua efetiva realização financeira, com o consequente efeito no valor da cota do Fundo. As principais informações relacionadas a estes investimentos estão apresentadas a seguir.

Posição acionária

	<u>Quantidade de ações possuídas (quantidade unitárias)</u>		
	<u>30/06/2016</u>		
<u>Empresas</u>	<u>ON</u>	<u>PN</u>	<u>Participação no capital total da sociedade %</u>

*Fundo de Investimento do Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2016*

VLI S.A.	1.413.854.823	-	15,90%
Odebrecht TransPort S.A.	64.400.045	-	30,00%
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	510.551.593	-	30,00%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%
MDCPAR S.A.	3.757.260	-	47,01%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%
Brado Logística e Participações S.A.	2.857.143	-	22,22%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	90.000.000	-	45,00%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	39.352.128	47,99%
OAS Óleo e Gás S.A.	1.309.916	3.850.044	39,00%

6.1 Composição das investidas em 30 de junho de 2016

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa em 30 de junho de 2016 estão apresentadas conforme quadros abaixo:

*Fundo de Investimento do Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2016*

Empresas	30 de junho de 2016			
	Saldo Contábil em 31/12/2015	Ágio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 30/06/2016
Cone S.A.	521.818	-	-	521.818
Energimp S.A.	166.679	-	-	166.679
OAS Óleo e Gás S.A.	56.594	-	-	56.594
Odebrecht TransPort S.A.	2.031.417	-	-	2.031.417
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	-	-	-	-
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	1.201.884	-	-	1.201.884
Foz do Rio Claro Energia S.A.	44.075	-	-	44.075
Hidrotérmica S.A.	135.087	-	-	135.087
Ijuí Energia S.A.	35.589	-	-	35.589
J Malucelli Energia S.A.	239.826	-	-	239.826
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	104.814	-	-	104.814
MDCPAR S.A.	304.806	-	-	304.806
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	-	-	-
Brado Logística e Participações S.A	217.181	-	-	217.181
VLI S.A.	1.285.652	-	-	1.285.652
TOTAL 2014	6.345.422	0	0	6.345.422

6.2 Movimentação dos investimentos em 30 de junho de 2016

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa estão apresentados em 30 de junho de 2016, conforme quadro abaixo:

Empresas		Movimentação investimento em 30 de junho e 2016			Saldo Contábil em 30/06/2016
		Saldo Contábil em 31/12/2015	Ajuste de provisão por redução ao valor recuperável	Equivalência Patrimonial de 2015	
Odebrecht TransPort S.A.	(a)	2.031.417	-	-	2.031.417
VLI S.A.	(b)	1.285.652	-	-	1.285.652
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	(c)	1.201.884	-	-	1.201.884
Cone S.A.	(d)	521.818	-	-	521.818
MDCPAR S.A.	(e)	304.806	-	-	304.806
J Malucelli Energia S.A.	(f)	239.826	-	-	239.826
Brado Logística e Participações S.A	(g)	217.181	-	-	217.181
Energimp S.A.	(h)	166.679	-	-	166.679
Hidrotérmica S.A.	(i)	135.087	-	-	135.087
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	(j)	104.814	-	-	104.814
OAS Óleo e Gás S.A.	(k)	56.594	-	-	56.594
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(l)	44.074	-	-	44.074
Ijuí Energia S.A.	(m)	35.589	-	-	35.589

TOTAL 2015	6.345.422	-
-------------------	------------------	---

a. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 17 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 17 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório em 20 de abril de 2016 com ressalva, decorrente de investigações conduzidas pela Polícia Federal envolvendo as empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte, as quais resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”, impossibilitando ao auditor determinar, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades. Adicionalmente, o auditor incluiu uma ênfase em seu relatório, em razão da Companhia possuir excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, o que suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional.

b. VLI S.A.

A VLI S.A. (“VLI”) com sede na cidade de São Paulo é controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A VLI poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimento.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 19 de março de 2016 contendo parágrafo de

ênfase relativa a possíveis mutações patrimoniais decorrentes de devolução de determinados trechos que compõem a malha ferroviária sob sua concessão atualmente. De acordo com a administração da Companhia essas possíveis mutações patrimoniais somente poderiam ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente.

c. *Odebrecht Ambiental Participações S.A.*

A Odebrecht Ambiental S.A. foi constituída em 12 de setembro de 2013 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto - concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais - terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos - diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht Engenharia Ambiental.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório, em 28 de abril de 2016, com ressalva, decorrente de investigações conduzidas pela Polícia Federal envolvendo as empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte, as quais resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”, impossibilitando ao auditor determinar, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades.

d. *Cone S.A.*

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, constituída em 6 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. Em desenvolvimento desde 2007, tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone S.A., através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 29 de abril de 2016.

e. *MDCPAR S.A.*

A MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2014 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$31.137 mediante a emissão de 1.411.377 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 536.323 ações foram subscritas pelo Fundo no montante de R\$31.128. O Fundo integralizou os recursos na Companhia em 13 de junho de 2014.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2014 foi aprovado o aumento no capital social da Companhia no montante de R\$49.628 mediante a emissão de 2.861.732 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 1.087.458 ações foram subscritas pelo Fundo no montante de R\$49.610. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 27 de novembro de 2014.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes, emitidas em 31 de maio de 2016, sem modificação.

f. *J Malucelli Energia S.A.*

A J Malucelli Energia S.A. tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão de energia elétrica, geração hidrelétrica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 11 de fevereiro de 2016.

g. *Brado Logística e Participações S.A.*

Com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, a ALL - América Latina Logística S.A. (“ALL”) criou em 1º de abril de 2011 nova sociedade denominada Brado Logística e Participações S.A. a partir da fusão da Standard Logística e Distribuição S.A. com a unidade de negócios de contêineres da ALL.

A Brado Logística e Participações S.A. tem como objetivo social deter ações da Brado Logística S.A. sua subsidiária integral, que por sua vez, atua no mercado de contêineres dentro do Brasil e Mercosul, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem ao grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada. Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade de

serviço, além de operações de transporte intermodal rodoferroviário, armazenagem de carga *refeer e dry*, distribuição, terminais de contêineres, redex, vigiagro e habitações para os mercados internacionais.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de março de 2016.

h. Energimp S.A.

A Energimp S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório datado de 1 de março de 2016 com ressalvas quanto a: (i) não obtenção da confirmação dos valores a receber e a pagar, assim como as transações efetuadas com as partes relacionadas no exercício findo nessa data; (b) inexistência de garantias firmes sobre a realização dos valores a receber de fornecedor em recuperação judicial, o ativo não circulante, o ativo circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior; (c) reavaliação das premissas adotadas no estudo de recuperabilidade do seu ativo intangível e até a data da emissão das demonstrações financeiras o referido estudo não foi concluído. A opinião dos auditores apresenta ênfase relacionada às condições descritas no relatório, que indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A controladora da Companhia está em processo de recuperação judicial, desta forma, o FI-FGTS, com base na avaliação para fins de imparidade registrou nas demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2015 provisão para perdas por redução ao valor recuperável no montante de (R\$288.437), relacionadas à sua participação na Companhia.

i. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A Companhia opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTES), cujos prazos de concessão são de 25 e 35 anos, respectivamente.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório, datado de 26 de abril de 2016 com ressalva em relação a

reclassificação de dívidas de longo prazo para o passivo circulante, em virtude do descumprimento de *covenants* vinculados a índices financeiros. A opinião dos auditores apresenta ênfase relativa a continuidade operacional da Companhia em virtude da possibilidade de vencimento antecipado de determinadas dívidas, em função do descumprimento de alguns *covenants*.

j. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011, e tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2014 foi aprovado o aumento do capital da Companhia no montante de R\$20.908, mediante a emissão de 20.908.282 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 9.408.727 ações, no montante de R\$9.409, dos quais R\$717 foram integralizados em 30 de abril de 2014, R\$4.550 foram integralizados em 09 de maio de 2014, permanecendo o montante de R\$4.141 na rubrica “Ações a liquidar”, no passivo, em 31 de dezembro de 2014.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 17 de maio de 2016.

k. OAS Óleo e Gás S.A.

A OAS Óleo e Gás S.A. (“OAS O&G”) é uma sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, a Companhia tem por objetivo social realizar investimentos no setor de óleo e gás. A sua área de atuação compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, a propriedade, o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração, unidades de armazenamento, perfuração, produção e/ou descarga, unidades de tratamento, floteis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, assim como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório, datado de 18 de março de 2016, que contém ressalva em relação a recuperabilidade de um recebível contra a acionista controladora, o qual é garantido por carta fiança e cujo pagamento está sendo contestado judicialmente, bem como a não conclusão dos trabalhos de auditoria de certas investidas da Companhia. A opinião dos auditores apresenta ênfase relacionada a capacidade de efetuar novos aportes pela acionista controladora, haja vista aquela estar em processo de recuperação judicial, bem como relacionadas a não conclusão, até a emissão da opinião dos auditores, da transferência de propriedade de determinadas SPE para as quais, segundo a OAS O&G houve comprometimento de aquisição da totalidade das ações pela Sete International Two. Na opinião dos auditores da OAS O&G tais apontamentos indicam a existência de incertezas significativas, que podem levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

l. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e à comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$82.000 e está representado por 82.000.000 ações nominativas, sendo 41.008.200 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais sem valor nominal.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 15 de fevereiro de 2016.

m. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” que tem por objeto: (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Ijuí Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A., em 31 de dezembro de 2015 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$84.100 e está representado por 84.100.000 ações nominativas, sendo 42.058.410 ações ordinárias e 42.041.590 ações preferenciais, sem valor nominal.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data, auditadas por auditores independentes que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 15 de fevereiro de 2016.

6.3 Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

Em 20 de abril de 2011, o Fundo adquiriu 67.796.610 ações ordinárias preferenciais resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor correspondente a R\$200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro em 20 de abril de 2015 e o último em 20 de abril de 2025.

A Companhia não apurou lucro nos exercícios de 2014 e 2015 e, portanto, não houve distribuição de dividendos. Conforme previsto em contrato, não havendo dividendos para serem

distribuídos pela Companhia, o saldo não pago poderá ser incorporado ao saldo devedor e pago posteriormente, ou ainda, poderá converter o saldo devedor em ações ordinárias em relação às quais o Fundo detém uma opção de venda contra os acionistas originais da Hidrotérmica.

O saldo das ações preferenciais, atualizado em 30 de junho de 2016, monta R\$285.214 e os dividendos mínimos cumulativos totalizam R\$144.349.

6.4 Resultado de avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa

Metodologia de avaliação

O valor econômico e em uso das companhias investidas, utilizado para analisar para fins de registro da provisão ao valor recuperável, foram baseados na participação dos seus ativos, cuja análise foi realizada considerando como metodologia a Abordagem da Renda, através do uso do Fluxo de Caixa Descontado. O valor econômico e o valor em uso de cada ativo foram estimados com base nos seus respectivos fluxos de caixa futuros. Dessa forma, a análise do valor econômico e do valor em uso foram baseadas na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

O valor em uso, conforme definido pelo CPC 01 “é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa”.

Diferentemente do valor justo, que se baseia na perspectiva de participantes de mercado, o valor em uso é baseado nas perspectivas do atual dono do ativo. Adicionalmente, o valor em uso deve ser estimado para um ativo em sua condição atual. Desta forma, foram considerados, para efeito de valor em uso, os projetos ou empresas que já possuem contratos assinados e, com os quais as companhias já estão comprometidas.

Para o cálculo da estimativa do valor das companhias, foram considerados pelos especialistas os principais procedimentos:

- Obtenção de dados históricos contábeis, operacionais e gerenciais dos empreendimentos;
- Análise do mercado em que os empreendimentos estão inseridos;
- Projeção dos demonstrativos financeiros dos empreendimentos (demonstração de resultados e fluxos de caixas livres para a empresa em cada um dos empreendimentos) com base em informações disponibilizadas pela administração e em análises de mercado;
- Cálculo da taxa de desconto que reflita adequadamente os riscos inerentes ao setor, sendo esta utilizada para trazer os fluxos de caixa livres para a empresa em cada um dos empreendimentos a valor presente;
- Estudo de Valor dos Empreendimentos através da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Este método é reconhecido como o que mais apropriadamente traduz o valor econômico de um empreendimento, seja ele uma empresa ou um negócio integrante de uma estrutura maior, esteja ele em fase operacional ou de projeto; e

- Consolidação do Valor dos Empreendimentos conforme participação de cada holding e considerações dos ativos e passivos não operacionais dos empreendimentos, das holdings e holdings intermediárias para obtenção do valor de 100% do capital da empresa.

7 Investimento em ações com cotação em bolsa

Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo - SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura. A Companhia participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em quatro empresas holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru (controladora da La Virgen), Boa Vista Participações S.A. e Alupar Chile Inversiones SpA. A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Em 30 de junho de 2016 o capital social da Companhia, no valor total de R\$ 1.856.128, está representado por 491.224.430 ações ordinárias e 174.295.987 ações preferenciais, conforme segue abaixo:

Acionista	Qtde. de ações ON	(%)	Qtde. de ações PN	Total de ações	(%)
Guarupart	412.806.019	84,04%	17.459.165	430.265.184	64,65%
FI-FGTS	31.143.795	6,34%	62.287.590	93.431.385	14,04%
Outros	47.274.616	9,62%	94.549.232	141.823.848	21,31%
Total	491.224.430	100%	174.295.987	665.520.417	100%

Valor de mercado das ações - Composição das Units

Em 30 de junho de 2016, a participação do FI FGTS na Companhia está representada por 31.143.795 units, valorizadas no preço de mercado de R\$13,42 por ação, totalizando o montante de R\$ 417.950.

8 Valores a receber - Enegisa S.A.

A Energisa, ora chamada de Investidor, no Plano de Recuperação Judicial, é uma empresa holding, que controla cinco distribuidoras de energia: três na Região Nordeste (Energisa

Paraíba, Energisa Sergipe e Energisa Borborema) e duas na Região Sudeste (Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo). A Companhia também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços. O Grupo distribui eletricidade para cerca de 2,6 milhões de consumidores em 352 municípios. Em 2012, distribuiu 10.833 gigawatt-horas de Eletricidade.

Em 27 de janeiro de 2014, foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa, mediante a publicação da aprovação pela Aneel.

Considerando a Decisão Judicial favorável à Energisa, a aprovação da troca do controle acionário pela ANEEL e pelo CADE, somada a assunção do controle do Grupo Rede pela ENERGISA em 11 de abril de 2014, tornou possível a definição das condições finais de recebimento do crédito.

Assim, o Fundo reconheceu integralmente o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda da totalidade das ações da EEVP pelo seu valor estimado de realização, no montante de R\$720.573, na rubrica “Valores a receber”, apurando um resultado positivo no exercício, de R\$445.176, registrado na rubrica “Rendas de valores a receber”, que está sendo atualizado conforme a opção escolhida pelo Fundo no Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Rede.

Em 30 de julho de 2015 o Fundo recebeu o montante de R\$28.617, referente ao pagamento de juros previstos na operação. Em 30 de junho de 2015 o valor atualizado do crédito é de R\$740.060.

9 Comitê de Investimento

O Comitê de Investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, sendo:

- a.** 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e
- b.** 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram; têm mandato de 2 (dois) anos, admitida a recondução. O presidente do Comitê de Investimento deverá ser eleito por, no mínimo, 7 de seus membros, com prazo de mandato de 1 (um) ano. A presidência será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal. A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação do presidente e indicado previamente à eleição. Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão

eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar investimentos e desinvestimentos do Fundo.

Os investimentos que compõe a carteira do Fundo percorrem todas as instâncias de caráter deliberativo para dar sequência ao processo de aprovação, até a deliberação final do Comitê de Investimentos.

10 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a.** o valor de R\$50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM;
e
- b.** o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos, confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde a divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora pode propor ao CCFGTS subscrições adicionais de parcelas de R\$5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$32.810.539, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2011.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas	Montante integralizado (R\$)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,0000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,3926	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,3825	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,4876	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,7071	649.368
Demais aportes em 2012	2.858.069.264,9930	3.757.854
Demais aportes em 2013	-	-
Demais aportes em 2014	790.675.995,4925	1.200.000
Demais aportes em 2015	-	-
Total aportado até 31/12/2015	20.172.649.229,4554	22.883.791

Somente haverá resgate de cotas do Fundo quando deliberado pelo CCFGTS. No semestre não houve resgate deliberado pelo CCFGTS.

11 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia-alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia-alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

c. Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em 31 de dezembro de 2015, o FI-FGTS manteve investimento por meio de Ações sem cotação em bolsa, debêntures não conversíveis em ações e quotas de Fundos de investimentos, no montante de R\$21.655.965, dos quais, R\$4.118.587 são provenientes de entidades que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela polícia federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”.

Tais situações incluem investimentos em: **a.** Ações das empresas Odebrecht TransPort S.A. e Odebrecht Ambiental Participações S.A. no montante de R\$2.031.417 e R\$1.201.885, respectivamente; **b.** Debêntures da OTP no montante de R\$75.823; e **c.** Cotas de fundos de investimento em participações: FIP Saneamento (R\$90.600) e FIP Amazônia (R\$718.862), cujos relatórios dos auditores contiveram modificação devido a impossibilidade de serem determinados, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades, ou ênfase relacionada a operação “Lava Jato”.

Todas as companhias investidas do Fundo, são monitoradas periodicamente, de forma a considerar eventuais riscos relacionados a cada operação, em complemento aos riscos de mercado, crédito e ou liquidez. Adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Fundo, caso seja julgado necessário, eventuais provisões serão efetuadas de forma a registrar provisão para redução ao valor recuperável de tais ativos e ou a medida em que tais valores sejam conhecidos.

Não obstante as ações tomadas recentemente pelas empresas investidas, o Fundo tem solicitado a administração das companhias investidas a adoção de diversas medidas para adequação do seu

padrão de governança (ex. implementação de avaliação e programas de conformidade e obtenção de certificações alinhados ao certificado “Pró Ética” da CGU).

A despeito da diligência da Administração na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

12 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no semestre findo em 30 de junho de 2016, foi R\$123.593.

A taxa de administração não compreende serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance.

13 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$31.845.876 são os seguintes:

	<u>Taxa de Administração</u>		<u>Outras despesas</u>	
	R\$	%	R\$	%
30 de junho de 2016	123.593	0,39	407	-

14 Custódia

As operações compromissadas estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações sem cotação em bolsa estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. As ações com cotação em bolsa estão custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A. O controle das cotas de fundos investidos que compõe a carteira do Fundo está sob responsabilidade do Administrador ou de terceiros por ele contratado.

15 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

16 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2016 foram os seguintes:

Data	Valor da Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
30 de junho de 2016	1,61450419	5,38

17 Demandas judiciais

O Fundo figura como polo ativo em um litígio classificado como provável pelos advogados responsáveis, em decorrência do assunto exposto na Nota Explicativa nº 9. Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais de cotistas contra a administração do Fundo.

18 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

19 Partes relacionadas

Adicionalmente, as informações apresentadas na nota explicativa nº 12 - Integralização e resgate de cotas, o Fundo mantém em 30 de junho de 2016 um montante de R\$12.838 relativo à taxa de administração a pagar a Administradora, sendo que reconhecido durante o exercício uma despesa com taxa de administração de R\$123.593.

20 Alterações estatutárias

Em 11 e 24 de fevereiro de 2016 o Fundo recebeu respectivamente 43.379.728 e 19.818.376 ações do Banco do Brasil S.A., código de negociação BBAS3 na Bovespa, em virtude da excussão de garantias das debêntures da Sete Brasil S.A., conforme informado na nota nº 10.

O Fundo adquiriu 267.393,188171 cotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, no montante de R\$175, integralizadas em 3 março de 2016.

O Fundo adquiriu 59.597.781,581985 cotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, no montante de R\$38.922, integralizadas em 7 março de 2016.

Em 20 de abril de 2016, ocorreu a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Alupar S.A., a qual deliberou, entre outras matérias, pela bonificação em ações aos acionistas da Companhia e consequente aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de parte da reserva de investimento da Companhia, desta forma o Fundo passou a deter 31.143.795 *units* daquela Companhia.

Em 20 de abril de 2016, ocorreu reunião do Comitê de Investimentos do FIP Sondas o qual aprovou a autorização à Sete Brasil Participações S.A. para apresentação de pedido de recuperação judicial da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas. Em 29 de abril de 2016, a Companhia protocolou junto à 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital Rio de

Janeiro/RJ, o pedido de Recuperação Judicial, sendo que até a emissão destas demonstrações financeiras, ainda não havia sido deliberado o deferimento do pedido pelo Meritíssimo Juízo.

Em 6 de maio de 2016, o Fundo adquiriu 699,9 cotas do da segunda emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados IV Energisa Centro Oeste, no montante de R\$699.900, integralizadas na mesma data.

Em 10 de maio de 2016, o Fundo recebeu 5.308.633 ações do Banco do Brasil S.A., código de negociação BBAS3 na Bovespa, em virtude da excussão de garantias das debêntures da Sete Brasil S.A., conforme informado na nota nº 10.

O Fundo integralizou em 16 de maio de 2016 o montante de R\$112 no Fundo de Investimento em Participações Sondas, referentes a 112.013 cotas.

* * *

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice Presidente

Adenivaldo Nunes de Almeida
CRC 1BA016576/O-5 T SP